

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OESP Class.: Amaz./Internac.
 Data 14/08/93 Pg.: 4- Política 114

GOVERNO

Embaixador dos EUA nega ameaça militar

Bases americanas ao redor da Amazônia servem para combater tráfico, diz Melton

BRASÍLIA — O embaixador dos Estados Unidos, Richard Melton, justificou ontem a presença de militares americanos em países que fazem fronteira com a Amazônia Legal brasileira como resultado de acordos bilaterais para repressão ao tráfico de drogas. Melton disse estar "perplexo" com as revelações atribuídas a oficiais do Estado-Maior do Exército sobre a existência de bases norte-americanas para fiscalizar a região.

As informações foram dadas na quinta-feira, em sessão secreta da Comissão de Defesa da Câmara. Representantes das Forças Armadas disseram que bases dos EUA na Bolívia, Guiana, Colômbia e Venezuela formavam um cinturão militar em volta da Amazônia Legal. Após audiência que durou uma hora e meia com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o embaixador norte-americano disse que essas informações são "incorretas" e que a atuação dos EUA na fronteira não ameaça o Brasil.

Melton afirmou que já se colocou, no passado, à disposição das autoridades brasileiras para oferecer detalhes sobre as atividades que os EUA desenvolvem na fron-

teira. O embaixador contou que o governo norte-americano tem mantido "relações amigáveis com todos os países da região" e se empenha em "ações cooperativas".

Comunicado — Depois dessas declarações, a embaixada norte-americana divulgou a seguinte nota oficial:

"Temos visto nos jornais reclamações prestadas durante reunião do Comitê de Defesa Nacional que levantaram questões sobre as atividades norte-americanas na Região Amazônica. Francamente, estamos perplexos. As informações são incorretas. Os Estados Unidos mantêm relações amigáveis com todos os países da região. Estamos empenhados em ações cooperativas com todos os países, tanto multilateral como bilateralmente. Essa cooperação, por certo, é também extensiva às Forças Armadas destes países amigos, incluindo esforços para deter o narcotráfico. Já nos colocamos, no passado, à disposição das autoridades brasileiras para oferecer detalhes sobre estas atividades. As iniciativas para retratar esta cooperação como alguma coisa ameaçadora para o Brasil são totalmente errôneas."



Antena
 O ministro Lélío Lôbo: sistema de vigilância dos militares na Amazônia é "extremamente frágil"

Projeto na região preocupa ecologistas

MARCO UCHÔA
 Enviado Especial

MANAUS — Os ecologistas da Amazônia estão preocupados com a execução do projeto de segurança de fronteiras, aprovado terça-feira pelo Conselho de Defesa Nacional. Eles acreditam que o plano de ocupação dos espaços vazios da região deve ser discutido com as pessoas envolvidas com a cultura indígena e preservação da floresta, o que não foi feito até agora. "Não fomos comunicados sobre a real intenção do governo federal", critica o diretor do Movimento Tudo Selva, Marcelo Agnes Dourt, que não acredita que a Amazônia corra riscos. "Esse discurso precisa ser provado."

Para Miguel Feeney, coordenador do Conselho Indigenista Missionário

(Cimi) na Amazônia e em Roraima, a retomada do Projeto Calha Norte é um retrocesso. "As entidades que trabalham com a preservação da cultura indígena não foram ouvidas, e isso pode ser um demonstrativo de como será esse reforço na ocupação de fronteiras", afirma. "Cerca de 170 mil índios ocupam as imediações das fronteiras."

O inglês Robert Hurt, representante da entidade Amigos do Mundo, confessa que está apreensivo. "Precisamos saber como será feita a proteção dos limites do País, se os índios e a floresta correm algum tipo de risco", afirma. Hoje, ele deve encaminhar relatório sobre o caso para entidades ambientalistas da Inglaterra. "O governo brasileiro precisa entender que a Amazônia é um assunto mundial."

SAE vai coordenar compra de radares

VANDA CÉLIA

BRASÍLIA — A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) vai coordenar a compra de 12 radares bidimensionais — compatíveis com os sistemas Dacta I, Dacta II e III — para fiscalizar a Amazônia, o que vai permitir a instalação de quase 20 radares, conforme programa aprovado pelo Conselho de Defesa Nacional. Além disso, três radares móveis estão sendo deslocados, em caráter emergencial, para a Região que conta com apenas três equipamentos primários para cobrir uma extensão que corresponde a 60% do território nacional e conserva um terço das florestas tropicais do mundo.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélío Lôbo, admitiu ontem que "é extremamente frágil" o sistema de vigilância que os militares montaram na Amazônia. "Nós estamos com a responsabilidade de fazer alguma coisa."

Os equipamentos serão comprados de empresas estrangeiras. Há 14 fabricantes deste tipo de radares no mundo. Coube ao brigadeiro Lôbo a missão de explicar as decisões tomadas pelo governo sobre a Amazônia. Ele convocou entrevista para justificar a dispensa de licitação que o presidente Itamar Franco, em decreto publicado ontem, concedeu para a compra dos equi-

pamentos. Disse que isto é necessário para garantir o sigilo do projeto.

O ministro da Aeronáutica foi prudente ao falar sobre a presença de bases de outros países na fronteira com a Amazônia. Mesmo admitindo que as informações a este respeito partem da área militar, afirmou que há muitos "exercícios mentais e falta de informação em algumas declarações". E disse que o Brasil, por exemplo, nunca denunciou que aviões da força aérea norte-americana sobrevoam a Amazônia sem que as autoridades estejam informadas. O ministro explicou que os militares brasileiros não estão preparando nenhum plano contra outros países, mas buscando fazer um projeto de vigilância e fiscalização das fronteiras, com custo aproximado de US\$ 600 milhões a US\$ 800 milhões.

"Se fosse um sistema de defesa não sairia por menos de US\$ 3 bilhões", calculou, admitindo que a falta de recursos vem adiando, desde 1990, até a proposta mínima de vigiar a Amazônia que vem sendo feita ao governo pelos ministérios militares. O brigadeiro disse que o sistema de vigilância, a ser montado, vai ter o objetivo de coibir ilícitos na Amazônia, principalmente o narcotráfico, além de controlar contrabando de recursos minerais.

Ação externa de Clinton é quase nula

PAULO FRANCIS

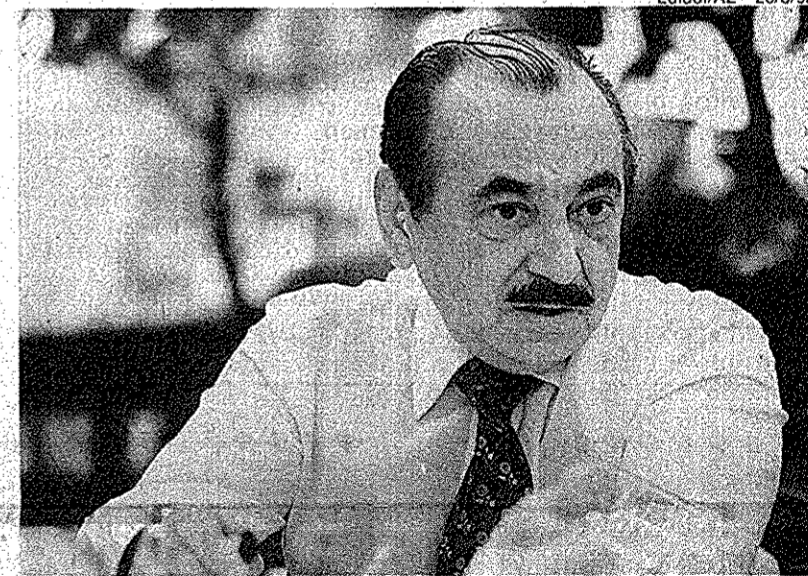
NOVA YORK — Há uma certa inquietação na América Latina com a saída do comando militar dos EUA do Panamá, que será a etapa conclusiva da cessão do canal aos panamenhos. Mas pelo que se sabe, este comando deverá ir para a Flórida e também o Pentágono aceitou, em princípio, a hipótese de ajudar no treinamento de oficiais das Forças Armadas do Suriname, país parco de recursos, com dificuldade até para pagar a folha de pagamento dos funcionários públicos mais altos.

No mais, dificilmente neste século terá havido um governo mais introvertido do que o de Bill Clinton, cuja presença no Exterior é praticamente nenhuma. Ele não mostra o menor interesse por encontros a dois com líderes europeus ou sequer com o líder do país que mais preocupa os EUA economicamente, o Japão. Estrategistas americanos com Zbigniew Brzezinski e Henry Kissinger reclamam da pouca participação do governo Clinton no grande drama que é a privatização da economia soviéti-

ca e sua democratização política. Até o momento, o Departamento de Estado afeitu cerca de 70 mil privatizações na Rússia, no governo Yeltsin, e o assunto simplesmente não repercutiu na Casa Branca de Bill Clinton, que parece acreditar que a única política é a interna.

Desde que assumiu, Clinton tem sofrido uma tremenda pressão da mídia para intervir na Bósnia para evitar o massacre dos muçulmanos. Tem tirado o corpo fora até o momento.

Pelo que este correspondente pôde apurar em conversas com o Departamento de Estado e com assessoria de imprensa da Casa Branca, a idéia de que os EUA de alguma forma pretendiam ter uma presença na Amazônia não passou pela cabeça de Bill Clinton, segundo esses assessores. A meta prioritária do governo é resolver a questão do déficit de 4,5 trilhões de dólares e cortar despesas em toda a linha, o que inclui principalmente o Pentágono. Logo, rumores de intervenção americana de qualquer tipo na América do Sul não se fundam em fatos concretos.



Berço esplêndido
 Mestrinho: "Parece que o governo despertou de um sono profundo e começou a pensar na Amazônia"

Mestrinho acha verba insuficiente

MANAUS — O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB), reuniu-se na quinta-feira com oficiais e alunos do 7º Comando Aéreo Regional (Comar) para discutir a decisão de ampliar a presença de militares brasileiros na fronteira amazônica. "Parece que o governo despertou de um sono profundo e começou a pensar na Amazônia", comentou. Para ele, a falta de investimentos na segurança da fronteira é o maior sinal de que a Amazônia corre riscos de sofrer "intromissões externas".

Até o momento, Mestrinho não foi informado sobre como será executado o plano de investimentos na fronteira. "Espero que toda a região fique protegida", disse. Hoje o 7º Comar tem apenas sete aviões de transporte, cinco helicópteros e cinco antigas aeronaves Búfalo. Para Mestrinho, os US\$ 500 milhões anunciados pelo governo são insuficientes. "A distância entre os postos de fiscalização varia de 300 a 500 quilômetros e fica difícil controlar a entrada e saída, mas já é um começo." (M.U.)